



**ENANCIB 2022**

PORTO ALEGRE | UFRGS | PPGCIN

**XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação • ENANCIB  
Porto Alegre • 07 a 11 de novembro de 2022**

## **XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB**

**ISSN 2177-3688**

### **GT-12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades**

#### **APROPRIAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO POR TRABALHOS APRESENTADOS NOS ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO/ENANCIBs DE 2018-2021.**

#### ***APPROPRIATION OF GENDER STUDIES IN WORKS PRESENTED AT ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO FROM 2018-2021***

**Nathália Lima Romeiro. UFMG.**

**Fabício José Nascimento da Silveira. UFMG.**

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** O estudo objetiva analisar a apropriação do termo gênero por estudos no campo da Ciência da Informação brasileira tendo como enfoque os trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs) de 2018-2021. A pesquisa é quantitativa-qualitativa, do tipo exploratória, focada em mapear publicações indexadas com o termo “gênero” ou “genero” e por meio do radical “gen” nos Anais do ENANCIB, adotando a análise de conteúdo como aporte interpretativo dos dados levantados. A fundamentação teórica abrange estudos de gênero e suas intersecções, notadamente as contribuições formuladas pelas teorias e pelo movimento feminista. Como resultado, além do mapeamento dos trabalhos apresentados no ENANCIB entre os anos de 2018-2021 que abordam temáticas de gênero, constatou-se que para ser possível agrupar esses estudos e ampliar sua divulgação, faz-se necessário que os/as pesquisadores/as do campo utilizem estratégias de organização do conhecimento melhor padronizadas como a indexação do termo nas respectivas bases em que esses trabalhos são indexados.

**Palavras-Chave:** Estudos de Gênero. Gênero e Interseccionalidade. Produção do Conhecimento. Ciência da Informação. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - ENANCIB.

**Abstract:** The study aims to analyze the appropriation of the term gender by studies in the field of Brazilian Information Science, focusing on the works presented at the Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs) from 2018-2021. The research is quantitative-qualitative, exploratory, focused on mapping publications indexed with the term “gênero” or “genero” (gender) and through the radical “gen” in the Annals of ENANCIB, adopting content analysis as an interpretative contribution to the data collected. The theoretical foundation covers gender studies and their intersections, notably the contributions made by theories and by the feminist movement. As a result, in addition to mapping the works presented at ENANCIB between the years 2018-2021 that address gender issues, it was found that in order to group these studies and expand their dissemination, it is necessary that researchers from the field use better standardized knowledge organization strategies, such as indexing the term in the respective bases in which these works are indexed.



**Keywords:** Gender Studies. Gender and Intersectionality. Knowledge Production. Information Science. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - ENANCIB.

## 1 INTRODUÇÃO

No campo científico, ao considerarmos as estruturas de dominação impostas pelo sistema colonial dos saberes, percebemos que os métodos, epistemologias e as práticas de compartilhamento de conhecimentos privilegiam, em muitas situações, o protagonismo de homens brancos, ocidentais e norte-hemisféricos. Quijano (2010) e Migliolo (2020) também chegaram a essa constatação ao problematizarem a colonialidade do saber instaurada por uma abordagem epistêmica eurocentrada, a qual coloca à margem grande parte da produção intelectual e das experiências e tradições elaboradas pelas epistemologias do sul e por sujeitos e grupos não hegemônicos como as mulheres, negros, indígenas e a população LGBTQIA<sup>1+</sup>.

Panorama que passa a ser intensamente questionado a partir da segunda metade do Século XX, momento em que os estudos críticos feministas, os estudos críticos da raça e trabalhos sobre a diversidade sexual humana acenam para novas possibilidades de se compreender, inclusive no contexto acadêmico, as questões de gênero. (CONNEL; PIERCE, 2016, TREVISAN, 2018, SILVA, 2020).

Especificamente em relação aos estudos das e sobre as mulheres, um dos primeiros questionamentos indagava acerca da existência de diferenças epistêmicas e/ou metodológicas no trabalho de mulheres e homens. Michelle Perrot (1984) respondeu que havia sim distinções, efetuando uma potente defesa a respeito da importância de uma construção epistemológica do conhecimento a partir do olhar das mulheres. Não de um olhar da mulher sobre o assunto mulher, gênero e/ou feminismo, mas da existência de uma percepção específica das mulheres sobre o conhecimento, considerando, para tanto, a diversidade de experiência por elas vivenciadas. Concordando com a percepção de Perrot (1984), Margareth Rago (1998) advoga que uma epistemologia feminista ou uma perspectiva das mulheres no campo científico, político e social é absolutamente necessária, sobretudo para contrapor as narrativas e discursos compreendidos como dominantes ao longo da história das ciências.

---

<sup>1</sup> Sigla que busca evidenciar uma consciência coletiva em prol da liberdade de expressão e do reconhecimento da identidade de gênero de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais, entre outras.



No que tange ao campo informacional brasileiro, o desenvolvimento de estudos de gênero tem como marco os anos 2000, mas ganhando maior expressão somente na última década. Um dos fatores que pode ter contribuído para esse cenário foi a ampliação do acesso das mulheres, de pessoas não brancas e da população LGBTQIA+ à universidade pública a partir da reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tais investimentos na educação pública superior, além de diversificar o corpo discente e docente das universidades, ampliou a discussão sobre diversidades de gênero, raça e classe tanto na esfera acadêmica quanto em outros domínios do social. No âmbito da pós-graduação, por exemplo, é possível observar um aumento de pesquisas com distintos recortes - incluindo o informacional – acerca dos efeitos desses investimentos em grupos específicos como a população LGBTQIA+, mulheres e homens negros, entre outros.

Atentando para isso, este trabalho objetiva mapear e analisar o uso do termo gênero na produção de conhecimento em Biblioteconomia e na Ciência da Informação Brasileira, tendo como enfoque os trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) de 2018-2021. Metodologicamente a pesquisa pode ser caracterizada como quanti-qualitativa, documental e exploratória, posto ter por foco mapear publicações indexadas com o termo “gênero” ou “genero” e por meio do radical “gen” nos Anais do ENANCIB, adotando a análise de conteúdo como aporte interpretativo dos dados levantados. A fundamentação teórica dialoga, conforme se explicita abaixo, com autores e autoras que problematizam a estrutura patriarcal e os estereótipos dominantes nas relações de gênero, destacando-se as contribuições formuladas pelas teorias e pelo movimento feminista.

## **2 ESTUDOS DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE**

Considerado um dos pensadores mais influentes da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer (1980) formulou as bases de uma teoria crítica que se opunha à “teoria tradicional<sup>2</sup>” e seu modo de fazer ciência. Em face disso, passou a reivindicar as variadas formas de atuar cientificamente que ganharam evidência no mundo pós-guerras

---

<sup>2</sup> A ciência tradicional ou teoria tradicional das ciências fundamenta-se por uma exacerbada racionalização de todas as etapas e questões que atravessam o desenvolvimento de determinada pesquisa, desconsiderando-se, assim, a dimensão crítica que também orienta a produção do conhecimento.



incorporassem em seus domínios de saberes uma interpretação crítica da realidade, considerando seus múltiplos contextos sócio-históricos e culturais.

Influenciados pelas proposições de Horkheimer, os estudos feministas e os estudos de gênero consolidaram-se, especialmente a partir dos anos de 1980, como referentes importantes nesses movimentos de repensar as estruturas e as práticas tradicionais de produzir ciência e compartilhar saberes. No que se refere ao feminismo, é comum caracterizá-lo como movimento político e social que reivindica a emancipação das mulheres de certas estruturas de opressão de gênero e sexualidade hegemonicamente consolidadas por sociedades patriarcais. Enquanto movimento, sua historicidade pode ser sistematizada em “três fases” ou “ondas” (BUTLER, 2003; HOOKS, 2013; BEAUVOIR, 2014, CONNELL; PIERCE, 2016; KILOMBA, 2019, ROMEIRO, SILVA, 2019), quais sejam:

**Primeira onda:** caracterizada pela reivindicação de igualdades de direitos e oportunidades, especialmente no âmbito da educação, do trabalho e da participação política. Contudo, nesse primeiro momento o protagonismo da ação reivindicatória era de mulheres da elite apoiadas de forma não verticalizada por mulheres mais pobres;

**Segunda onda:** caracterizada também pela luta contra o sexismo, teve como marco a reivindicação pelos direitos sexuais, reprodutivos e pela legalização do aborto. É nesse momento que emergem discussões sobre o gênero a partir do questionamento da cultura sexista à qual essas mulheres faziam parte;

**Terceira onda:** amplia as reivindicações sobre direitos reprodutivos, entretanto, não mais restritas à cisgeneridade. Com isso, experiências múltiplas sobre a mulheridade e a inclusão da diversidade do feminino entram em pauta. Como resultado, discussões sobre sexualidade, performance, performatividade, interseccionalidade passam a fazer parte de discussões acadêmicas e não acadêmicas, ampliando o protagonismo de mulheres negras, periféricas e transgêneras em diversas partes do mundo.

Sem negligenciar esse enquadramento histórico, Helleieth Saffiotti (1999, 2002) considera que o início dos estudos de gênero tem como marco a publicação, por Simone de Beauvoir, de *“O segundo sexo”*. Embora a filósofa francesa não se ocupe em definir o conceito de gênero, Saffiotti evidencia a relevância dessa obra acentuando que “qualquer que seja a avaliação que se tem de O Segundo Sexo [...] não se pode negar [...] seu pioneirismo e sua



influência em muitas gerações, assim como na academia” (SAFFIOTTI, 1999, p. 157). De fato, a contribuição de Simone de Beauvoir (2014) está em evidenciar a construção social da categoria “mulher”, desvinculando-a de marcadores estritamente biológicos. Ao fazer isso, a pensadora defende que as políticas que incidem sobre o corpo da mulher foram estabelecidas para favorecer os homens e seus interesses políticos, tendo por objetivo criar trabalhadores para manter a estrutura capitalista, ao mesmo tempo em que produzia desigualdades por meio do acúmulo de bens e riqueza.

Apesar de sua importância para o feminismo, Beauvoir é criticada por negligenciar a multiplicidade cultural. Para Saffioti (1999), isso se dá porque as análises empreendidas em *O segundo sexo* partem do conceito “mulher” e não “mulheres”, o que limita o universo da pesquisa quando se tem em vista a diversidade que representa a mulheridade.

Outras estudiosas e estudiosos do feminismo também refletiram sobre “ser mulher” e “tornar-se mulher” associando esse movimento de construção a conceitos mais amplos. Era necessário, pois, estudar não apenas a “mulher” e o “feminino”, mas conjugar a eles interpretações dos aspectos sociológicos responsáveis por estruturar e manter relações de poder na sociedade. Ao se fazer isso, o foco dos questionamentos passou a ser o gênero. Contudo, se durante muito tempo o conceito de gênero havia sido utilizado para diferenciar características biológicas (sexo) dos aspectos socioculturais (gênero), as contribuições advindas do feminismo foram importantes para demarcar que gênero “não é simplesmente uma questão de biologia *versus* sociologia” (SCOTT, 2012, p. 337), posto vincular-se a hierarquias e estruturas de poder que movimentam a vida social.

Não sem razão, no texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Joan Scott (1995) problematiza um conjunto de categorias que descrevem a evolução dos estudos de gênero e que podem ser agrupados em duas matrizes interpretativas, são elas: a) o gênero como um sinônimo de mulher: utilizado como um eufemismo para abordar os estudos feministas em uma perspectiva política; e, b) o gênero como sinônimo da relação homem x mulher, que pauta-se pela existência de uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, que diferencia o corpo, o sexo e os aspectos socioculturais da história do gênero. Apesar de considerar o gênero como um conceito mais amplo e complexo que essas categorias, Joan Scott acredita que elas são fundamentais para se compreender o gênero



enquanto instrumento de análise para além da dicotomia “sexo x gênero”, posto evidenciar modos de tratamento diferenciados para categorias como classe e raça/etnia por exemplo.

Caminhando por outras paragens, estudos sobre sexualidade, identidade de gênero para além da binaridade (masculino e feminino), performatividade e direitos civis da população LGBTQIA+ passaram a abordar o gênero e as relações de gênero não somente como uma categoria de análise, mas, também, a partir de sua dimensão performativa e produtora de outros significados, os quais agenciam e reivindicam diferentes regimes de visibilidade (BUTLER, 2003; RICH, 2010; LERNER, 2019; TREVISAN, 2020). Nesse contexto, destacam-se as contribuições de Judith Butler (2003) e o desenvolvimento da teoria *Queer* como um marco para os estudos sobre performatividade, performance, cisnormatividade e heterossexualidade compulsória.

Tributária da perspectiva pós-estruturalista foucaultiana, Judith Butler (2003) defende em seus estudos que sexo e gênero possuem uma história e ela está vinculada a estruturas sociais hegemônicas como o patriarcado. Por consequência, não devem ser tratados exclusivamente a partir da genitália. Na mesma direção, problematiza a heterossexualidade assinalando que sua atribuição compulsória corresponde a uma estratégia de dominação e de controle social que atua de forma perniciosa na tentativa de se institucionalizar um gênero normativo: o homem cis heterossexual e a mulher cis heterossexual. No entanto, Butler (2003) parte da prerrogativa que existem formas de vivência e de apresentação – performatividade – do gênero e da sexualidade – que transbordam a cisheteronormatividade. Evidenciadas pela sigla LGBTQIA+, elas reivindicam tanto o reconhecimento de suas identidades de gênero (o direito de aparecerem), quanto a valorização do conhecimento produzido por pessoas trans, pessoas não-binárias, gays, lésbicas, travestis e outras mais.

Estatuto reivindicatório que, por sua vez, reverbera nos estudos que correlacionam gênero, raça e classe. Angela Davis (2016), por exemplo, considera que classe social e raça/etnia são fatores que devem ser analisados em pesquisas sociológicas e filosóficas, especialmente na intersecção dos estudos sobre vivências de mulheres brancas e não brancas. Defendendo seu argumento, a autora estadunidense reflete sobre a hipersexualização das mulheres negras, iniciada durante o período escravocrata, mas que persiste até os dias atuais.

Por meio desse diagnóstico Davis (2016) assevera ser necessário descolonizar o pensamento racial e de gênero a fim de enfrentar e subverter estruturas históricas de



opressão e dominação. Enfrentamento que encontra nos estudos sobre a interseccionalidade uma base de apoio para se estruturar epistêmica e socialmente, inclusive no espaço acadêmico. Mas como definir a interseccionalidade? Recorrendo a Kimberlé Crenshaw (2002), podemos dizer que se trata de um conceito formulado para demonstrar as consequências estruturais oriundas das “dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” CRENSHAW, 2002, p. 117). A interseccionalidade trata, portanto:

[...] da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 117).

Ao ser inserida na pauta dos estudos de gênero, a interseccionalidade é convertida em importante dispositivo de tensionamento das mais diferentes ordens dos discursos, uma vez que ajuda a desvelar o lugar social de quem fala, por exemplo, sobre e pelas mulheres, sobre e pelas pessoas trans. Djamila Ribeiro (2017) endossa essa compreensão ao pontuar que:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas [...]. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal (RIBEIRO, 2017, [p. 39-40])

No campo informacional, Silva, Saldanha e Pizarro (2018) buscaram ampliar a compreensão acerca das relações étnico-raciais por meio dos estudos da branquitude, denunciando privilégios sociais, políticos e estruturais que colocam as pessoas brancas no topo da hierarquia social, favorecendo, com isso, a manutenção do racismo. Em suas palavras:

[...] para compreender como uma pessoa se torna racista é necessário o entendimento de que as pessoas são constituídas pelas e nas relações sociais por intermédio da linguagem no campo das intersubjetividades. A pessoa se autoconstrói e se transforma com base no contexto em que está inserida e da apropriação dos significados socioculturais (SILVA; SALDANHA; PIZARRO, 2018, p. 3817).



Nesse sentido, os estudos sobre a branquitude são percebidos contemporaneamente como aportes fundamentais quando o que se deseja é analisar as intersecções que atravessam os conceitos de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e classes.

Ainda que outras possibilidades discursivas tenham emergido no campo científico tentando consubstanciar a dimensão crítica enunciada por Max Horkheimer (1980), o reconhecimento dos estudos de gênero como estudos críticos ainda está por ser plenamente aceito, sobretudo em cenários políticos desafiadores como este que se vivencia no Brasil atual. Atentando para isso, consideramos relevante mapear como as discussões sobre às questões de gênero têm sido operacionalizadas em um dos espaços de divulgação científica de maior visibilidade para o campo de estudos informacionais do país, qual seja: os Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs).

### **3 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO NOS ENANCIBS DE 2018-2021**

A produção de conhecimento de uma área reflete os interesses e oportunidades de diálogo que participantes da comunidade acadêmica possuem. Com isso, a realização e divulgação de produtos de pesquisa sobre determinados assuntos dependem de diversos fatores que vão desde o alinhamento teórico-metodológico de estudantes e pesquisadores/as com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, à funcionalidade prática que um conhecimento adquire para a comunidade. Não por acaso, Silva (2020) pontua que a produção de conhecimentos visando o desenvolvimento teórico-epistêmico-prático da informação revela as condições para o surgimento e divulgação de certas temáticas para o campo.

Atentando para isso, no intuito de mapear e visibilizar a produção de conhecimento sobre gênero na Ciência da Informação Brasileira, efetuou-se busca por publicações indexadas com o termo “gênero” ou “genero” e por meio do radical “gen” nos Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs) de 2018-2021, pesquisando por esses termos no título, resumo e palavras-chave dos trabalhos publicados. A delimitação temporal se justifica por ser o ano de 2018 o período em que a primeira autora deste trabalho iniciou o contato com os estudos de gênero na Ciência da Informação e passou a acompanhá-lo nos grupos de trabalhos que mobilizam o Encontro. Em sua dimensão interpretativa, a análise de conteúdo foi aplicada para se explorar os dados levantados.



Como ponto de partida das nossas análises, julga-se importante indicar que os estudos de gênero na Ciência da Informação brasileira têm como um de seus primeiros produtos a tese de Patrícia Espírito Santo (2008), que realizou um levantamento sobre as pesquisas de gênero na CI em contexto nacional e internacional. Outro trabalho a ser destacado é a pesquisa de Gilda Olinto e Jaqueline Leta (2014), que realizaram um estudo cientométrico sobre a participação das mulheres na ciência. Embora pioneiros, cabe ressaltar que nesses trabalhos o conceito gênero é acionado como categoria analítica apenas em sua dimensão de “marcador de diferenças” entre homens e mulheres, portanto, pautado pela cisgeneridade.

Para além de marcador de diferenças, o assunto gênero ganha evidência na CI brasileira somente ao longo da segunda década do século XXI, especialmente em trabalhos apresentados nos ENANCIBs. Ainda assim, estudos sobre a temática alcançam pouca expressividade no plano geral do evento, haja vista que menos de 5% dos trabalhos publicados em 2018 e 2019 possuíam convergência com os estudos de gênero (ROMEIRO, 2019).

Em 2018 foram apresentados nove trabalhos que atendiam aos critérios estabelecidos por esta pesquisa, são eles:

- 1. Epistemologia e Ciência da Informação: fundamentos teóricos e produção bibliográfica nacional (GT-1)**, de autoria de César Karpinski (2018). Nesse trabalho o autor utiliza o conceito de gênero como marcador de diferença para acentuar os índices de produção bibliográfica em CI alcançados por homens e mulheres, não realizando, portanto, nenhuma construção teórica com intuito de discutir o conceito;
- 2. Tensão identitária e organização do conhecimento: olhar epistemográfico (GT-2)**, escrito por Miriam Gontijo Moraes (2018). O enfoque é identificar núcleos de estudos brasileiros sobre gênero e avaliar instrumentos terminológicos de indexação incluindo o tesouro de estudos de gênero e da mulher. A autora apresenta histórico e teorias dos estudos de gênero, entretanto, pouco menciona a diversidade de identidades de gênero, concentrando as discussões nos estudos feministas e sobre mulheres;
- 3. Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina (GT-3)**, pesquisa de Guilherme Goulart Righetto e Elizete Vieira Vitorino (2018). Discute os estudos de gênero focados na população transgênero de Florianópolis a partir de narrativas produzidas pela própria comunidade. Como os



demais, não efetua uma discussão teórica sobre o conceito, utilizando o termo como categoria de análise relacionada ao público transgênero;

**4. Estratégias de fact-checking no combate à fake news: análises informacional e tecnológica no e-farsas e boatos.org (GT-3)**, apresentado por Denise Braga Sampaio, Izabel França de Lima e Henry Poncio Cruz de Oliveira (2018). O foco do estudo são fake News e boatos sobre a vida e a trajetória de uma cantora transgênero. As autoras e autor apresentam diálogos com os estudos de gênero, especialmente conectados à performance de gênero e questionamentos sobre a heteronormatividade;

**5. Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do espaço LGBT (GT-3)**, estudo desenvolvido por Laelson Felipe da Silva e Gisele Rocha Côrtes (2018). Discute o perfil e as práticas informacionais de mulheres transexuais e de travestis que frequentam o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT). Seu referencial teórico dialoga, principalmente, com os estudos interseccionais;

**6. Centro de referência LGBT, espaço de informação: um estudo no centro de referência e defesa da diversidade (GT-4)** de autoria de Bruno Almeida dos Santos e Nídia M. L. Lubisco (2018). Foca em apresentar os serviços de informação disponibilizados no Centro de Referência e Defesa da Diversidade de gênero e sexualidade da Bahia. O autor e a autora apresentam pedagogicamente os estudos de gênero com enfoque na comunidade LGBT (termo usado no artigo);

**7. Caracterização do conjunto de doutores brasileiros com ênfase em gênero (GT-7)**, estudo levado a cabo por Monique de Oliveira Santiago e Thiago Magela Rodrigues Dias (2018). Foca em analisar a produção científica de homens e mulheres doutores na plataforma Lattes. Apesar de reconhecerem que o conceito gênero é abrangente, autora e autor se concentram em utilizar o termo como marcador de diferenças entre homens e mulheres cisgêneros;

**8. O museu da diversidade sexual sob a ótica da encontrabilidade da informação (GT-8)**, escrito por Jean Fernandes Brito e Márcio Matias (2018). Apesar de ter o Museu da Diversidade como objeto de pesquisa, o estudo discute mais a dimensão educativa da instituição que as matrizes teórico-conceituais concernentes aos estudos de gênero;



**9. Testes de usabilidade em ambientes informacionais digitais: uma análise do website guia gay Floripa (GT-8)**, apresentado por Jean Fernandes Brito, Graciela Sardo Menezes e Marcio Matias (2018). Analisa um site sobre lugares procurados pela população LGBT em Florianópolis-SC, tratando-a como fonte de informação direcionada às pessoas LGBTQIA+. Porém, não aprofunda na revisão teórica sobre gênero.

No ano de 2019 quatro trabalhos foram apresentados no ENANCIB utilizando a palavra gênero no título, resumo ou palavras-chave, são eles:

- 1. Mulher e gênero na produção científica da ciência da informação (GT-1)**, de autoria de Maria Ivonete Gomes do Nascimento e Eliane Braga de Oliveira (2019). Seu objetivo principal girou em torno de “apresentar resultado de pesquisa sobre a produção acadêmica relacionada à mulher e gênero na Ciência da Informação” (NASCIMENTO; BRAGA, 2019, p. 01), contudo, apesar dessa demarcação, as autoras problematizam apenas tangencialmente o uso do termo gênero pela área;
- 2. Análise da produção científica sobre gênero na ciência da informação (GT-6)**, apresentado por Ester Ferreira da Silva, Cristian Berrío Zapata e Hamilton Vieira de Oliveira (2019). Segundo autora e autores, o trabalho analisa “a ocorrência da produção científica sobre exclusão da mulher na ciência e na tecnologia na produção do ENANCIB” (SILVA; BERRÍO ZAPATA; OLIVEIRA, 2019, p. 1) com o intuito de apreender o desenvolvimento do assunto por parte da comunidade científica da CI no Brasil. Como o anterior, esse estudo também foca mais no gênero como marcador de diferenças, sem transpor a dimensão da binaridade ou evocar perspectivas interseccionais sobre o gênero;
- 3. Primeiras impressões da pesquisa autodenominada Estudos de Gênero em uma base de dados internacional e multidisciplinar (GT-7)**, desenvolvido por Natascha Helena Franz Hoppen e Samile Andrea de Souza Vanz (2019). Também direciona o enfoque para os marcadores homens e mulheres, todavia, é apresentado como “estudo exploratório e inicial da produção científica autodenominada Estudos de Gênero publicada até o ano de 2017, com o objetivo de levantar configurações da área [...] [n]a *Web of Science*” (HOPPEN; VANZ, 2019, p. 1). Focaliza os estudos de gênero e



é o primeiro no escopo desta pesquisa a mencionar as masculinidades enquanto pertencentes a este campo temático-discursivo;

**4. Memória e a importância das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres (GT-10)**, de autoria de Claudialyne da Silva Araújo e Gisele da Rocha Côrtes (2019). Debatendo a violência contra mulheres, o trabalho fundamenta suas discussões teóricas e a análise dos resultados a partir da perspectiva interseccional dos estudos de gênero.

No ano de 2020, em decorrência das medidas de segurança sanitária estabelecidas nacional e globalmente para contenção da pandemia de Covid 2019, o ENANCIB XXI foi adiado para o ano de 2021. Nesse evento, apesar de 14 trabalhos apresentarem estudos relacionando “mulheres e gênero”, apenas dois utilizam o termo em seus descritores, são eles:

- 1. Estereótipos e segregação de gênero na opção por c&t: pesquisa com estudantes do ensino médio do Colégio Pedro II (GT-6)**, escrito por Gabriel Teixeira, Gilda Olinto e Patrícia Mallmann. Tendo por objetivo “analisar as relações existentes entre gênero e autoestima, referentes a habilidades em áreas acadêmicas humanas e exatas no ambiente do ensino médio” (TEIXEIRA, OLINTO, MALLMANN, 2021, p. 1), o trabalho problematiza o uso discursivo dos estereótipos de gênero na reprodução de violências de gênero;
- 2. Justiça para quem?: justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas (GT-6)**, apresentado por Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnéle Carneiro Garcez, Nathália Lima Romeiro, Priscila Rufino Fevrier e Ana Paula Meneses Alves. As autoras inscrevem o gênero como categoria analítica no campo da Competência em Informação objetivando propor “um modelo teórico de Competência em Informação para a justiça social em bibliotecas e unidades de informação, orientada pela discussão de justiça informacional, social, racial e de gênero dentro destas ambiências informacionais [...]” (SILVA et al, 2021, p. 1). Em face disso, operacionalizam o gênero enquanto categoria analítica para elaboração do referido modelo.

Tendo em vista os resultados apresentados, observa-se que os estudos sobre gênero na CI brasileira ainda são incipientes, fazendo-se necessário que os/as pesquisadores/as do



campo utilizem estratégias de organização do conhecimento mais bem padronizadas como a indexação do termo gênero e seus correlatos nas respectivas bases em que esses trabalhos são indexados. Isso poderá ampliar sua visibilidade e disseminação, bem como o avanço nos debates e a produção de novas pesquisas sobre as variadas facetas dos estudos de gênero.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos resultados apresentados, apontamos que a ausência da adoção do termo gênero no título, resumo e palavras-chave pode dificultar a recuperação, identificação e a visibilidade da temática no campo da CI. Nesse sentido, apesar de outros trabalhos sobre gênero terem sido apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs) de 2018-2021, sua evocação e agrupamento no escopo do presente trabalho não foi possível, o que nos estimula a recomendar que pesquisadores/as que se dedicam a estudar essa temática utilizam o termo afim de ampliar sua visibilidade.

Visibilidade que certamente será amplificada nos próximos anos em decorrência da criação, por parte da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), do grupo de trabalho 12 (GT12), nomeado “Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades”, cuja ementa prevê o acolhimento de:

[...] estudos teóricos e aplicados em informação sobre raça, classe, gênero, sexualidades e interseccionalidade, teorias críticas, culturais, racial, feministas e queer. correntes teóricas, escolas de pensamento, bases metodológicas-conceituais e aplicações técnico-científicas dos estudos étnico-raciais, de gênero e de diversidade. (ANCIB, 2022).

À parte isso, estima-se que seja necessário realizar outros estudos como este tendo-se em vista identificar e analisar o uso e apropriação dos estudos de gênero em artigos, livros, teses e dissertações nas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, focando temáticas ainda pouco exploradas como é o caso dos estudos sobre masculinidades, relações étnico-raciais e decolonialidade.

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos são devidos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de Doutorado que tem viabilizado a realização da pesquisa à qual este artigo está vinculado.



## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Coordenações e Ementas de GT. 2022. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

CONNELL, Raewyn.; PIERCE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GONTIJO, Miriam. Tensão identitária e organização do conhecimento: olhar epistemográfico. In: **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103005>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jurgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril cultural, 1980.

KARPINSKI, César. Epistemologia e ciência da informação: fundamentos teóricos e produção bibliográfica nacional. In: **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101967>. Acesso em: 13 jun. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo do cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Editora Cultrix, 2020.

MIGNOLO, Walter D. Os estudos subalternos são pós-modernos ou póscoloniais? As políticas e sensibilidades dos lugares geoistóricos. In: MIGNOLO, Walter D. **Projetos locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2020. p. 233-285.

PERROT, Michele. **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris: Rivage, 1984.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

RIGHETTO, Guilherme. G.; VITORINO, Elizete. V. Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de florianópolis, santa catarina. In: **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102312>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ROMEIRO, Nathália Lima; DA SILVA, Franciéle Carneiro Garcês. A educação continuada e o protagonismo da mulher na Biblioteconomia: relato de experiência da oficina "Mulheres na Ciência da Informação e Biblioteconomia". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 112-130, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **cadernos pagu**, n. 12, p. 157-163, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina.; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Ed, v. 34, 2002.

SANTOS, Bruno A. D.; LUBISCO, Nídia. M. L. Centro de referência lgbt, espaço de informação: um estudo no centro de referência e defesa da diversidade. In: **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103200>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SAMPAIO, Denise. B.; LIMA, Isabel F.; OLIVEIRA, Henry. P. C. Estratégias fact-checking no combate à fake news: análises informacional e tecnológica no e-farsas e boatos.org. In: **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103103>. Acesso em: 13 jun. 2022.



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p.71-95, jul. 1995.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 3, n. 45, p. 327-351, 2012.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. In: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. (Org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil**. Florianópolis: Rocha, 2020. p. 119-202.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo da Silva; PIZARRO, Daniela Câmara. A branquitude nas práticas docentes em biblioteconomia e ciência da informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. In: **XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIX ENANCIB)**; v. 24, n. 2, 2018.

SILVA, Laelson F.; CORTES, Gisele R. Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do espaço lgbt. In: **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103513>. Acesso em: 13 jun. 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. São Paulo: Objetiva, 2018.